

A HISTORIA AMBIENTAL DAS ILHAS EM ABAETETUBA/PA (1970 A 1990): REFLEXOS DA LÓGICA DO MERCADO NA CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA

Rosane de Oliveira Martins Maia*

Introdução

Este artigo é resultado das investigações e estudos preliminares a elaboração de uma proposta de Tese ao programa de Pós-graduação em História da UFPA. Tem como proposta objetivo a analisar a história ambiental das comunidades insulares de Abaetetuba (1970 a 1990), a partir das diversidades de relações entre os seus sujeitos nas interseções com a natureza e seus recursos. A proposta possui uma análise temporal correspondente o período dos governos militares que impuseram na Amazônia o Programa de Integração Nacional com base em um discurso modernizador incorporado na região, em que Abaetetuba faz parte, no projeto mineral ALBRÁS-ALUNORTE.

O recorte temporal de 1970 a 1990 envolve a inserção da Amazônia no programa de integração nacional; e sua consolidação na região de Abaetetuba por meio da Empresa ALBRÁS-ALUNORTE. Representa um momento de ruptura das relações socioeconômicas na sociedade local, que uma proposta de desenvolvimento submissa aos propósitos da grande empresa nacional e internacional. A sociedade rural com suas práticas voltadas para os rios, floresta e várzea recebe em seu seio uma aglutinação urbana e comercial com a função de abastecer o polo mineral de produtos e mão de obra. A interseção dos atores o meio ambiente é alterado ao longo de seu curso. O que está se querendo é abordar o processo de ocupação planejada e a formação de uma sociedade em um território, que possui um grau de continuidade histórica e sociológica com rupturas, encontro e desencontros, mas que somente o conhecimento da História e Natureza possibilita a compreensão da complexidade deste processo histórico.

Acrescentando a este argumento das imposições do capital internacional e sua interferência nas propostas de desenvolvimento. Pádua (2002, p.81) defende que o Brasil nasceu de um macro projeto de exploração ecológica, indicado pelo seu próprio nome, visto que o Pau Brasil foi a primeira riqueza natural explorado pelo mercantilismo europeu, que impõe os modos de relacionamento da sociedade e natureza. E o discurso de integração usa a

* Mestra do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento do Trópico Úmido – PDTU. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES)- Universidade Federal do Pará, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). E-mail sany.o.martins@gmail.com

doutrina de ocupação de espaços vazios de uma zona pioneira, impondo um novo modelo de “brasianização”¹ e “sulização”² do Norte, planejado como periférico aos interesses dos grupos econômicos do sul e sudeste do país. A alternativa de ocupar espaço potencialmente produtivo, através da oferta de terras para os que tivessem condições de torná-las produtivas, reafirma a exclusão e as injustiças, contribuindo para a construção de um cenário de conflito (MARTINS, 1985, p.62). Neste termo o desenvolvimento planejado na Amazônia é questionável, pois em sua dimensão social e humana foi excludente e insustentável economicamente, o que agravou a concentração de renda e o aumento da pobreza. Fato que possibilitou a imposição dos interesses do capital e o fortalecimento dos privilégios das elites locais, grupos econômicos extrarregionais e internacionais.

A cidade de Abaetetuba sofreu interferências das intervenções políticas do regime militar, na inserção nos polos de mineração e energia, com os projetos Albrás e a Hidrelétrica de Tucuruí, que afetaram diretamente as populações locais, que provocou o reordenamento do espaço e dos recursos naturais. As relações entre sociedade e natureza esta intimamente ligada aos interesses do capital para região, aos recursos naturais exploráveis e rentáveis ao mercado. Guido Galafassi em seu estudo sobre a relação capital, natureza e território na Patagônia ressalta a mobilidade do capital em explorar os recursos naturais em suas atividades extrativas, e afirma “(...) obviamente—táctica de explotar lo más rápidamente posible los recursos de una región (minimizando costos y maximizando ganancias) para mudarse pronto a otra y repetir el proceso”(GALAFASSI, 2010, p. 199). De acordo o jornal O Tempo. Ano 1 nº zero. De 16 domingo a 29 sábado de outubro de 1983. Abaetetuba-Pa, projeto modernizador de inserção ao grande capital causaram mudanças nas relações de trabalho humanas e natureza, principalmente em referência a posse, uso e gestão dos recursos naturais em Abaetetuba.

A História responde a compreensão dos papéis dos sujeitos inseridos no contexto relação sociedade e natureza das ilhas e furos de Abaetetuba diante das tendências modernizadoras do capital. A História com foco na relação homem e natureza possibilita e oferece um conhecimento mais globalizado, evidenciando o caráter inseparável das intenções sociais e ecológicas, e dos processos de coevolução do homem e do meio ambiente em que vive Os sujeitos que compõe o universo ribeirinho, são integrantes mundo ecológico em constantes mudanças estão intervindo no meio ambiente e sendo transformado por ele, em uma relação de sujeito e objeto, com a intenção de prover as suas necessidades materiais de sobrevivência e dominação. Não são núcleos isolados em volta de uma natureza intocada, mas sujeitos atuantes no meio ambiente em busca de sua sobrevivência material, condicionadas

pelas condições e conveniências constituídas ao longo da História. E são essas conveniências e condições que impulsionam o homem a intervir no meio natural, e desenvolver concepções de natureza.

A Emergência da História Ambiental para compreensão da relação sociedade e Natureza

A relação inescrupulosa com a natureza sustentada, perdurada pelos paradigmas do desenvolvimento da modernidade, preocupava-se com a acumulação capitalista na exploração dos recursos naturais. E muitas vezes as questões ambientais e ecológicas foram sempre consideradas irrelevantes quando contrastadas com a possibilidade de aumentar a produtividade e a lucratividade das grandes empresas. Prevalecia a ideia da inesgotável capacidade de suporte da natureza e da capacidade técnica da sociedade capitalista em resolver situação de calamidade e fenômenos naturais. A superioridade humana em sua relação com a natureza (RAVENA, 2001, p.17.).

A compreensão e estudo sobre o meio ambiente natural emergiram na Grã-Bretanha, onde predominava a ideia da dominação da natureza como condição do progresso e desenvolvimento humanos, e os naturalistas reforçaram a ideia da importância do homem em preservar a natureza. Darwin acabou por contribuir com a concepção de que a raça humana está inserida no meio ambiente, e, portanto também vulnerável aos fenômenos naturais (THOMAS, 1988, p.144). Logo as raízes do ambientalismo têm em sua base um caráter preservacionista, apoiado pelos naturalistas e românticos. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos as raízes do ambientalismo tiveram influência da história natural e do romantismo, alertando sobre as mudanças ambientais, com base ao culto à beleza da natureza virgem.

Mas os anos de 1960 e 1970 foram marcados pela intensa discussão a respeito do meio ambiente, esgotamento dos recursos naturais e a sobrevivência da espécie humana (PADUA, 1992, p156-163). Debates sobre mudanças na sociedade global propensa à autodestruição. Ocorreu uma revolução ambientalista, “cientistas, administradores e grupos conservacionistas floresceram em um movimento de massa que varreu o mundo industrializado (...)”. Este Novo Ambientalismo era mais dinâmico, mais sensível, tinha base mais ampla e ganhou muito mais apoio do público (MCCORMIC, 1992, p.65).

O novo ambientalismo tornou-se um movimento político e social, propunha mudanças de paradigmas às sociedades industrializadas em sua concepção de desenvolvimento mais humanizado. Sua origem está relacionada aos acontecimentos que colocaram em xeque a existência da espécie humana: a ameaça da bomba atômica no período

da Guerra Fria; desastres ambientais causados pela poluição como o nevoeiro e fumaça em Londres, em dezembro de 1952, que provocaram a morte de 445 pessoas, desmoronamentos no sul do País de Gales com 144 mortos, contaminação por resíduos químicos e petróleo que provocaram danos ambientais e prejuízos à saúde humana; avanços nos conhecimentos científicos que alertavam sobre as ameaças a sobrevivência humana e métodos tecnológicos e políticos desumanos das grandes indústrias, como o caso dos inseticidas denunciados por Rachel Carson (1962).

Com o avanço das discussões do novo ambientalismo, a ecologia humana avança no sentido de encontrar soluções para os dilemas dos recursos naturais e população humana. Ester Boserup (1987, p 32- 65 defende que a dinâmica da população foi sempre um fator determinante para o desenvolvimento agrícola. O crescimento demográfico é elemento essencial das inovações tecnológicas que impulsionam a atividade agrícola, pressionam uma população a mudar suas práticas de utilização do solo, conforme a necessidade de aumentar os rendimentos da terra e de acordo com as condições naturais. Boserup não menciona, nas relações conflituosas pelo uso e acesso a terra, a expropriação por aqueles que possuem o controle sobre as técnicas. Grandes problemas ambientais atuais são provenientes da tecnologia aplicada para explorar inescrupulosamente os recursos naturais. O que implica repensar até que ponto a técnica tem preservado a sobrevivência da espécie humana e no preço pago para vivermos a modernidade pautada na selvagem disputa por capital natural.

Em A ecologia Humana das populações da Amazônia, Morán (1990) acredita na necessidade de adaptar o comportamento humano às possibilidades e limites do ambiente, e que a heterogeneidade das populações reflete a diversidade do ambiente. As populações indígenas e caboclas da Amazônia têm-se adaptado ao meio físico amazônico e às forças externas da sociedade colonial e nacional. Os graus de adaptação ao meio ambiente amazônico variam em função das forças históricas, sociais e político-econômicas. Desta forma defende a compreensão do grau de adaptação de uma população, levando em consideração sua interação e seu ambiente físico, político e socioeconômico.

As relações entre homem/ambiente foram sempre imperfeitas, as sociedades humanas se reproduzem e crescem até os limites que o ambiente permite. Acredita-se que o homem possui um considerável grau adaptativo, baseado em uma plasticidade cultural e biológica capaz de moldar-se ao ambiente, pode-se adaptar às regiões árticas, temperadas, ao trópico úmido e ao deserto. Desta forma as sociedades humanas interagem com a natureza, transformando o mundo natural em mundo cultural (BRANDÃO, 2002, p. 22). Como somos produtos de nossa história cultural e política, as relações entre homem/natureza são também

baseadas nos conflitos pelo o uso e controle dos recursos naturais, nessas disputas os homens atam relações de dominação que movem suas cadeias produtivas e sociais.

A pesquisa tem entre suas categorias de análise as populações amazônicas, que marginalizadas pelo projeto desenvolvimentista e ressaltadas nos discursos de projetos sustentáveis. A questão de aprofundar o conhecimento global sobre a concretude dessas concepções de naturezas ao longo da história ambiental de uma realidade amazônica, não basta apenas estudar os programas, ações e leis que fundamentaram a linhas de ações do Estado e do Capital, mas as relações entre sociedade e o meio ambiente no contexto de território e recursos naturais em disputa. O fortalecimento dos movimentos das populações das florestas por terra e seus recursos é um fato notório, mas as suas ações pode ir ao encontro ou não as ações racional-utilitária sobre o meio ambiente, incorporada pelo Capital quando aborda a sustentabilidade.

No século XX algumas circunstâncias extracientíficas, como crises ambientais bem localizadas que passaram a acontecer e o crescimento dos movimentos sociais as articulações em prol dessa natureza floresceram, desafiaram as ciências sociais a fazer com que suas teorias tivessem que “dar um salto” além do “humanismo”.

No contexto das discussões sobre crescimento demográfico e esgotamento dos recursos naturais com a amplitude do movimento ambientalista. Os historiadores elaboraram propostas metodológicas e mesmo historiográficas abordando o tema ambiente com o foco de explicar como as formas de organização produtivas e relações de trabalho provocaram alterações do meio ambiente, estudando os processos de encontro e interação sociedade e natureza ao longo do tempo.

Entre os pesquisadores que trata sobre a natureza no campo da História é Donald Worster que propõe analisar a natureza relacionada ao contexto histórico. Na sua visão, há três níveis de abordagens relacionadas à história ambiental:

O entendimento de como a natureza se organizou e funcionou no passado; o domínio socioeconômico interagindo com o ambiente, através do trabalho, ferramentas e relações sociais, pelas diversas formas em que povos produziram bens de seus recursos naturais; e as percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação, que em nível intelectual, tornam parte do diálogo de indivíduo ou grupo com a natureza (WORSTER, 1991, p.199).

Assim, de acordo com Pádua (2010, p.94), é nesse contexto que a história ambiental, como bem afirmou Donald Worster, deve ser vista não como uma redução, mas como uma ampliação da análise histórica que leva adiante o movimento e vem sendo observado desde o

final do século XIX, expandindo as temáticas e dimensões da historiografia para além da história dos Estados e dos grandes personagens.

Acrescentando o argumento da amplitude de conhecimentos que requer a história ambiental, Mourão (2010, p.5) em seu artigo História e Natureza: Do Açaí ao Palmito expõe a sua preocupação de não centralizar as suas análises da história do açaí apenas no foco econômico, ao refletir o tema ambiental na História, argumenta a autora:

As transformações sociais, econômicas, políticas, científicas, tecnológicas e culturais ocorridas nos dois últimos séculos, mais particularmente no último, promoveram reflexões e profundas transformações nas maneiras de apreender, pensar e representar os processos históricos. A historiografia como uma forma de elaboração de conhecimento, incorporou muitos elementos dessa transformação ampliando e renovando seus métodos, seus problemas, seus objetos e suas abordagens. Alguns elementos de mudança foram essenciais para a sua renovação, principalmente o diálogo com as outras áreas de conhecimento e nesse processo selecionou e precisou alguns elementos conceituais que vem orientando o ofício dos historiadores.

Drummond (1991, p.180) diz que por muito tempo as Ciências Sociais não tratou da temática ambiental por conta do determinismo geográfico e racial que se instaurou nas ciências no século XIX. Segundo o autor, “(...) as nascentes ciências sociais (...) combateram esse reducionismo e rejeitaram as explicações da cultura através da biologia ou qualquer ciência natural” (p. 179). Essa rejeição fez com que os clássicos e pensadores das ciências humanas passassem a colocar a natureza em um patamar inferior ao da cultura, ou seja, elas estariam fora ou acima da “história natural”, ou do “tempo geológico”. Assim dialoga Moraes (1994) na perspectiva de envolver a ciências humanas e a questão ambiental, em um reforço de multidisciplinar este tema, levantando reflexões das bases teóricas e metodológicas da problemática ambiental.

Drummond (1991, p.177-179) faz uma análise sobre o tempo da “história natural” e o tempo da “história social” e conclui que os fatos naturais não se misturam com os fatos sociais, pois precisa ficar claro que pensar sobre a relação entre “tempo geológico” e o “tempo social” é necessário colocar a sociedade na natureza, o autor trata de algumas características metodológicas e analíticas da história ambiental (região com alguma identidade natural; diálogo sistemático com todas as ciências naturais; interações entre o quadro de recursos naturais na história e na cultura das sociedades humanas; grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente, que diz respeito especialmente para os historiadores; por fim o trabalho de campo).

Aborda também sobre as “linhagens” da história ambiental, considerando que a pesquisa e a escrita da história ambiental baseiam-se nas produções científicas e literárias do campo das ciências sociais, especialmente em duas áreas: a história das civilizações e a antropologia cultural. Neste sentido, de acordo com o autor, a história ambiental é um campo que sistematiza muitas contribuições cuja prática é “inerentemente interdisciplinar” e a sua originalidade está na capacidade de incluir a sociedade na natureza e no equilíbrio que busca a interação entre sociedade e natureza, trata sobre a relevância da originalidade da história ambiental para a historiografia e sociedade brasileiras. O autor considera que a economia e a sociedade brasileiras continuam a ser extremamente dependentes dos recursos naturais. Neste sentido, segundo a opinião do autor que “a história ambiental pode dar contribuição decisiva para entendermos o nosso passado e o nosso presente de país rico em recursos naturais e assolados por dívidas sociais”.

A história ambiental no Brasil, segundo Paulo Henrique Martinez , tem a riqueza das pesquisas da problemática ambiental que desenvolvidas no final do XX ao início do século XXI. E pela dimensão que questão ambiental tem adquirido na sociedade mundial, aos historiadores brasileiros podem converter o passado ambiental brasileiro em uma ativo e fecundo laboratório do ofício do historiador (MARTINEZ, 2002, p.34). E ainda afirmar que a inserção das populações tradicionais nos Parâmetros Curriculares Nacionais, desafia o historiador a compreensão de um mundo atual, com base no estudo de sociedades que não foram necessariamente abordadas pela historiografia tradicional, com base europeia.

A primeira definição, de acordo com Dobles (2002, p. 4), para definir a historia ambiental se refere ao estudo sobre os homens do passado com seu habitat total. No entanto, a definição sobre historia ambiental, foi ampliada em 1982 por Kendall Bailes que a define como todos os estudos das relações entre as sociedades humanas e o ambiente natural através do tempo. Entretanto, a melhor definição aceita é a de Worster, em que destaca de como os seres humanos influenciam e são influenciados pelos elementos naturais, ou seja, como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.

De acordo com a autora, se poderiam apresentar outras distintas definições, pois a história ambiental é a história do lugar e do papel da natureza na vida humana, a história de todas as relações que as sociedades têm tidos no passado humano, em seu ambiente.

O conceito de natureza, também é apresentado pela autora, que indica as diversas interpretações sobre o tema, mas o principal é que seu significado é completamente produzido pela sociedade em seu contexto histórico. “Cada grupo de seres humanos, a través da historia



da humanidade tem tido um e a humanidade tem uma linguagem com o seu ambiente, uma maneira de interagir, dependendo, principalmente da sua cultura e sua tecnologia”.

Neste sentido, Dobles (2002, p.20) acredita que existem no mundo de hoje, dois eventos importantes a serem observados: em primeiro lugar o crescimento populacional e por outro o capitalismo como economia dominante, que juntamente com o nível tecnológico têm tido um impacto dramático a nível ambiental. A lógica do capitalismo, segundo a autora, tem gerado níveis de extração da natureza nunca antes visualizados, devido ao desejo de acumulação de riqueza.

Finalmente, é importante notar que tanto os termos da natureza como sociedade referem-se a realidades altamente complexas. O sucesso dos estudos da história ambiental deve ser capaz de incorporar o maior número de variáveis possíveis na análise, de modo que permitir estar mais perto dessa realidade complexa. As melhores histórias serão as que identifiquem a maior complexidade entre o homem e a natureza, especialmente através da incorporação da dimensão econômica.

A História Ambiental na América Latina é um campo de pesquisa crescente e promissor, com devido reconhecimento do meio acadêmico. Vários cursos sobre a temática História Ambiental foram inaugurados em universidades americanas, e está presente em dissertações e teses de programas de pós-graduação. Gellini (2009, p 7) aponta três vertentes do campo da história ambiental desenvolvida pelos estudiosos da América Latina: os que desenvolvem a temática história ambiental ressaltando a relevância do campo de conhecimento e suas inovações metodológicas; estudos que envolvem a relação cultura e meio ambiente; e por ultimo, a vertente ligada aos estudos da relação entre as alterações do ecossistema latino-americano e imposição do capital, no século XIX e XX.

Abaetetuba e suas comunidades insulares os reflexos do projeto mineral Albras-Alunorte.

Nas margens dos seus rios e furos das ilhas de Abaetetuba (LOBATO, 1993, p. 44) as práticas extrativas, a produção do cacau, os engenhos e o artesanato, como também os regatões constituíam atividades que dinamizaram as relações entre as diversidades de sujeitos naquela realidade ribeirinha. Os rios, furos e suas terras de várzea proporcionaram aos sujeitos das ilhas e daqueles que interagem a sua inserção e absorção pelo mercado, em um dinâmico processo de construções sociais, culturais e conseqüentemente ambientais O contexto temporal da proposta de pesquisa, tem a cidade de Abaetetuba, a sua inserção no programa de integração nacional com o projeto de mineração ALBRÁS-ALUNORTE (TOURINHO,

1991, p. 314-325) que provoca mudanças na relação sociedade e natureza, que apesar do discurso uniformizador foi regeado por processos de lutas, disputas, arranjos e negociações entre sujeitos pela posse e propriedade da terra e seus recursos.

A base de aviamento e regatões marcaram as relações de mercado entre as populações das ilhas com os demais agentes locais e regionais. Mas no recorte temporal proposto, a cidade de Abaetetuba passou por um processo de urbanização, que foi incentivado pelo projeto de integração, o qual impôs um cenário de mudanças nas relações sociais entre os sujeitos e natureza. Houve a construção do espaço de poder com ribeirinhos resistindo ao processo de usurpação diante de novos sujeitos e interesses que alteraram as tradicionais práticas produtivas das ilhas, que lida atualmente com uma diversidade de sujeitos e processos sociais provenientes da “modernização”.

As ilhas do município de Abaeté somam um total de 45 ilhas espalhadas, desde a frente da cidade, até os limites com os municípios vizinhos³. Nas ilhas de Abaetetuba surgiram as primeiras povoações do município, são trechos de terras formados por matas de várzeas, igapós e floresta de terra firme no meio de uma rede hidrográfica que possibilita o seu contato com outras localidades regionais e internacional. As comunidades insulares, desde os primórdios da história do município, são importantes na economia local abastecendo os mercados locais e regionais de produtos extrativos (borracha, açaí, frutos regionais), agrícolas (cana de açúcar), pescado e as fabricas de olarias presentes nas margens de seus rios.

A cidade de Abaetetuba se transformou em um polo comercial da região Guajarina, e grande dos produtos vendidos na feira de Abaetetuba são provenientes das ilhas, que abastece a cidade de produtos de olarias, artesanato, carnes de caça, pescado, açaí, carvão e até os leitões dos seus rios são caminhos do tráfico de drogas e contrabando. Novos arranjos econômicos foram atados e as novas práticas de trabalho foram construídas que interverem as relações entre os sujeitos e natureza que às vezes são negociadas, mas muitas vezes são conflitantes.

As comunidades ribeirinhas amazônicas estão inseridas nos dilemas sociais que envolvem os bens comuns, pois há territórios onde os recursos naturais disponibilizados são apropriados aos seus sujeitos como meio de sobrevivência. Portanto, estes recursos são disputados em um espaço de poder, no qual sujeitos com interesses diversos e mesmo semelhantes tendem a delimitar território para sua atuação. A organização social dessas comunidades é pautada por essas disputas. As comunidades insulares de Abaetetuba são lugares ocupados por uma diversidade de atores sociais, que disputam esses recursos e delimitam territórios.

O projeto Albrás foi implantado em uma região com uma diversidade econômica voltada para o extrativismo e dos engenhos. A “terra da cachaça” tinha nas várzeas e margens de seus rios e furos seu único vínculo econômico com a capital e demais localidades do Estado. No período de 1960 a 1970 havia nas ilhas e várzeas de Abaeté cerca de uma centena de engenhos que produzia açúcar melado e aguardente, que então tiveram uma intervenção no curso histórico pela inserção ao programa de integração nacional do regime militar com a implantação do projeto mineral ALBRÁS-ALUNORTE. São novas propostas, “novo mundo” imposta na sociedade, organizada a margem dos padrões do capitalismo industrial, que teve que se integrar, negociar e render as tendências do capital e da política estatal.

As comunidades do rio Campopema e da Costa do rio Maratauíra onde estão localizadas as ilhas de Campopema, Sirituba, Tabatinga e Ilha de Uruá estão nas proximidades da sede do município, sofreu com o processo migratório rural/urbano e com a urbanização desordenada da cidade na década de 1980. Nas ilhas de Campopema, Sirituba e Tabatinga nas margens do Rio Campopema possuíam engenhos e fábricas de cachaça, entre eles citamos: engenho Santa Maria e Santa Margarida (ficava em frente da cidade) e a fábrica de cachaça Mattos & Cia. Na Costa de Maratauíra era um polo comercial e industrial de Abaeté, também possuía engenhos como: engenho Casa Branca, engenho de Gonçalves & Garcia, engenho de Araujo Azevedo & Cia, engenho de Doracy Nobre & Cia, engenho São José, engenho Santo Antonio e Indústria e Comércio Leonardo Ltda

Na atualidade, conforme o Jornal O Cidadão e Folha de Abaetetuba⁴ a cidade de Abaetetuba se transformou em um polo comercial da região Guajarina, e grande parte dos produtos vendidos na feira de Abaetetuba são provenientes das ilhas, que abastece a cidade de produtos de olarias, artesanato, carnes de caça, pescado, açaí, carvão. E os leitos dos seus rios são caminhos do tráfico de drogas e contrabando. Novos arranjos econômicos foram atados e a novas práticas de trabalho foram construídas nas relações entre os sujeitos e natureza.

As comunidades ribeirinhas amazônicas estão inseridas nos dilemas sociais que envolvem os bens comuns, pois há territórios onde os recursos naturais disponibilizados são apropriados aos seus sujeitos como meio de sobrevivência. Portanto, estes recursos são disputados em um espaço de poder, no qual sujeitos com interesses diversos e mesmo semelhantes tendem a delimitar território para sua atuação. É um espaço de disputas que envolvem madeireiros, herdeiros de engenhos, de antigos barracões da época da borracha e da recente prática do aviamento, de donos de olarias e dos criadores de animais. Que estão inseridos em um contexto de urbanização desordenada e inserção as novas tendências de mercado.



A década de 1970 teve seu início marcado pela execução de um grande projeto de pesquisa chamado RADAM (Radar da Amazônia) com objetivo de levantar o potencial de recursos naturais da região. Em 1973 um grupo de empresários japoneses iniciam as negociações com o governo federal e estadual para estabelecer no Pará um complexo produtor de alumina e alumínio primário. As negociações se estenderam por quase toda a década sobre a viabilidade econômica do projeto, as condições estruturais locais e fornecimento de energia para o empreendimento, que só saiu com o compromisso da União no investimento na construção de estradas e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (LOBO, 1996, p 103-123). Em 1979 iniciaram as obras, em 1985 foi dado início da operação da ALBRÁS e a ALUNORTE em 1995.

O recorte temporal da pesquisa é caracterizado por um processo acelerado de urbanização e reprodução das relações capitalista na cidade de Abaetetuba, com uma tendência a uniformização da modernidade capitalista, que coloca na condição de ultrapassada as tradicionais práticas de trabalho locais. As rodovias e estradas integraram a região a capital e ao centro econômico do país, e a terra da cachaça teve um crescimento demográfico acima da média nacional, com um processo de urbanização desordenado, com acelerado processo migratório com o acentuado êxodo rural, e a ampliação de bairros periféricos na cidade. No jornal o Tempo, Ano 1 nº zero. De 16 domingo a 29 sábado de outubro de 1983, mostra a preocupação local com as mudanças provocadas pelo processo de urbanização e modernização da cidade e o questionamento a proposta de desenvolvimento contido nas propagandas da ALBRÁS-ALUNORTE. E como afirma Edilza Fontes “o projeto ALBRÁS-ALUNORTE no momento de sua implantação carregava uma imagem de uma modernidade linear e finalista para reverter o atraso da região, movendo a história e predizendo o futuro” (FONTES, 2003, p 67).

O projeto ALBRÁS-ALUNORTE provocou o reordenamento do espaço, a urbanização e o aumento demográfico e do processo migratório rural-urbano em Abaetetuba, no período de 1970 a 1990, e como consequência mudanças nas relações sociedade e natureza tendo como fator determinante o mercado de trabalho adequado às necessidades do projeto mineral (TOURINHO, 1991, p 151-157). Os rios, a várzea e as ilhas de Abaetetuba constituíram um imenso vazio demográfico? Quais foram os processos sociais negociáveis ou resistentes diante deste cenário de grandes mudanças construídos pelas comunidades insulares de Abaetetuba? É necessário perceber essas construções, e reconhecer por meio da História esta a reinvenção da “alma ribeirinha” diante do autoritarismo do capital e do Estado concretizado no Projeto ALBRÁS-ALUNORTE. E conhecer a formas de como as populações



das ilhas resignificam as propostas de desenvolvimento e suas representações na cidade de Abaetetuba.

Neste sentido os reflexos das intervenções do Estado sobre a posse e regulação dos recursos naturais na região na relação sociedade e natureza nas comunidades locais. Essas populações tem sua presença secular na região, são concebidas como comunidades híbridas que desenvolvem a pesca, extraem produtos da floresta, de pequenas lavouras, fazem artesanato, olaria, carvão, e faz dos rios o caminho de integração aos mercados e culturas e que desde os projetos de integração da região à sociedade nacional foram sistematicamente inviabilizadas.

Mas os movimentos dos povos da floresta acabaram por usar a janela de oportunidade do movimento ambientalista, ocorrendo a introjeção da questão ambiental nas questões amazônicas⁵, com as questões ecológicas e ambientais penetrando nas discussões sobre o desenvolvimento regional. A intersecção entre o movimento ambientalista e o movimento das populações tradicionais, contribuiu para tornar o reconhecimento internacional de sua luta pela posse de terra e recursos naturais da população amazônica e de sua diversidade cultural e social.

O movimento camponês tomou a liderança dos sindicatos e associações, ampliando a possibilidade de transformar o movimento sindical instrumento de luta pela terra, presente principalmente no Acre, no Tocantins, na Guajarina, no Araguaia e no Médio Amazonas. A organização da força do campesinato proporcionou a sua intervenção na vida política regional, presente em vários municípios e a abertura para as discussões de novos modelos de desenvolvimento adequados as suas particularidades locais. Na região do Baixo Tocantins, o debate pelo uso e gestão dos territórios e a luta pela terra foram abraçados pela Colônia de Pescadores, pelos STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e por uma rede de associações que conquistaram créditos e financiamentos de projetos agrícolas e ambientais e, até mesmo, vitórias eleitorais sobre antigas e tradicionais oligarquias.

O fortalecimento político do campesinato tradicional se deu também pela influência da atuação da Igreja Católica no mundo rural amazônico, das comunidades eclesiais de base e da Comissão Pastoral da Terra nos movimentos sociais de luta pela terra na Amazônia. Conforme as entrevistas entre as organizações políticas dos trabalhadores ribeirinhos e moradores das ilhas de Abaetetuba, a Igreja foi responsável pela formação política das lideranças dos trabalhadores rurais nos sindicatos, associações e colônias de pescadores. Então foram sendo construídas as teias de relações resistentes e negociadas entre as populações ribeirinhas de Abaetetuba e de suas organizações no uso de instrumentos pela

regularização da posse e manejo dos recursos naturais, diante das mudanças decorrentes do projeto ALBRÁS-ALUNORTE.

Considerações Finais

A história ambiental de Abaetetuba, tendo como foco de análise a intervenção do empreendimento mineral ALBRÁS-ALUNORTE nas relações sociedade e natureza entre os moradores das comunidades insulares, responde o atual processo de migração, surgimento de novas práticas mercadológicas do município e a compreensão da ruptura no seu percurso histórico que estava sendo construído até a década de 1970.

A cidade da Cachaça que possuía em suas várzeas e ilhas o centro produtivo da região, com a ALBRAS-ALUNORTE essas são submetidas aos interesses do capital internacional. Ao mesmo tempo ocorre o fortalecimento político das populações amazônicas na luta pela terra e seus recursos, como uma concreta reação as tendências uniformizadoras do programa de integração nacional pensado para a região.

A pesquisa sobre as comunidades insulares com o recorte temporal sugerida pelo artigo está na sua fase inicial. Mas vem propondo à História o conhecimento ambiental da relação sociedade e natureza nas ilhas do Pará, que esteve reservado quase ao campo de omissão nas pesquisas dos historiadores locais.

Referências Bibliográficas

- BOSERUP, E. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação como cultura**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2002.
- COSTA, F. A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: SEPEQ/NAEA, 1992.
- DOBLES, Silvia Meléndez. **La historia ambiental: aportes interdisciplinarios y balance crítico desde América Latina**. In: Cuadernos Digitales: Publicación Eletrónica em Historia, Archivística y Estudios Sociales, vol. 7, nº. 19, noviembre, Universidad de Costa Rica, Escuela de História. 2002.
- DRUMMOND, J. A. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p.177-197.
- FONTES, Edilza. **O peão de trecho e o peão de casa: identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da**

ALBRAS/ALUNORTE. Novos Cadernos- NAEA. V.6, n 1, p..65-82, jun 2003. ISSN 1516-6481.

GALLINI, Stefania. **História, ambiente, política. El camino de la historia ambiental em América Latina.** In: NOMODAS. Colômbia: Universidade Central, nº 30, abril 2009

GALAFASSI, Guido. **Capital, Natureza y Territorio em Patagônia. Rediscutiendo lãs tesis sobre la acumulación primitiva.** A Contra corriente. Revista de História Social y Literatura de América Latina. Vol. 8, Nº 1, Fall 2010. 198-229.

LOBATO, Maria de Nazaré Carvalho. **Ecos da Terra.** Gráfica Santo Antônio. Belém, 1993.

LOBO. Marco Antônio Arbage. Estado e capital transnacional na Amazônia: o caso da Albrás-Alunorte. UFPANA/NAEA. Belém, 1996.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **Brasil: Desafios para uma História Ambiental.** In: NOMODAS. Colômbia: Universidade Central, nº 22, abril 2005, p. 26 – 35.

MARTINS, J.S. **A Militarização da Questão Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1985

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992

MORAES, Antonio Carlos R. **Meio ambiente e Ciências Humanas.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MORÁN, E. **Ecologia Humana das Populações da Amazônia.** Vozes: Petrópolis. 1990.

MOURÃO, Leila. História e Natureza: **Do Açaí ao Palmito.** Revista Territórios e Fronteiras V. 3. N.2- Jul/Dez 2010. Programa de Pós-Graduação- Mestrado em História do ICHS/UFMT.

PÁDUA, J. A. **As bases teóricas da história ambiental.** Estudos Avançados. Rio de Janeiro, vol. 24 (68), 2010, p.81-101.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PADUA, J.A. **Espacio público, intereses privados y política ambiental.** NUEVA SOCIEDAD NRO.122 NOVIEMBRE- DICIEMBRE 1992 , PP. 156-163.

RAVENA, N. **Será Insuportável a Capacidade de Suporte? Sustentabilidade e liberdade na interação homem-natureza.** In: Movendo Idéias - Revista do Centro de Estudos Sociais Aplicados. Belém: UNAMA, v. 6, jul. 2001.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Repercussão Sócio-econômicas do Complexo Industrial ALBRÁS/ALUNORTE em sua área de influência.** Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. Belém, 1991.

WORSTER, Donald. **Para fazer a história ambiental.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 4, n.8, 1991.

Notas

¹ Termo usado por COSTA, F. A. Ecologismo e questão agrária na Amazônia. Belém: SEPEQ/NAEA, 1992.

² Termo usado por MARTINS, J. S. A Militarização da Questão Agrária. Petrópolis: Vozes, 1985.

³ Fontes e contribuições do Professor Adhemir Rocha. Ver: <http://ademirhelenorocha.blogspot.com.br/2010/04/localidades-de-abacetuba-1.html>

⁴ Ver Jornal O Cidadão. Disponível: <http://www.calameo.com/books/00087666774bd545477c1>. Ver Folha de Abacetuba. disponível <http://folhadeabacetuba.blogspot.com.br/search/label/Abacetuba%20-%20Viol%C3%Aancia>

⁵ Termos usados por Costa (1992; 2000).